

A CONTRADITÓRIA RELAÇÃO ENTRE OS MOTIVADORES DA PERMANÊNCIA E DO ABANDONO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Alexsandra Joelma Dal Pizzol Coelho | Nilson Marcos Dias Garcia

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo apontar os resultados da pesquisa que analisou, a partir da visão de estudantes e ex-estudantes de cursos técnicos concomitantes e subsequentes em Eletrotécnica, Eletroeletrônica e Mecânica Industrial, as motivações e razões que justificam ou explicam a sua permanência ou o seu abandono aos respectivos cursos. Como metodologia de pesquisa, utilizou-se uma abordagem qualitativa de natureza exploratória, envolvendo 270 estudantes permanentes e 25 estudantes que deixaram de frequentar uma instituição Federal com *campi* em Joinville e Jaraguá do Sul, em Santa Catarina, entre o segundo semestre de 2011 e o final de 2013. Os resultados demonstraram haver uma complexa e por vezes contraditória relação entre os motivadores do abandono e da permanência escolar, dentre eles as estabelecidas entre docentes e estudantes e entre trabalho, estudo e família, sendo estes ora geradores do abandono, ora motivadores da permanência.

Palavras-chave: Permanência e Abandono escolar. Educação Profissional e Tecnológica. Estudantes Trabalhadores.

A CONTRADITÓRIA RELAÇÃO ENTRE OS MOTIVADORES DA PERMANÊNCIA E DO ABANDONO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

1 INTRODUÇÃO

Embora seja uma problemática antiga nos mais diversos níveis de ensino, as pesquisas sobre abandono escolar¹ no Brasil só se tornaram mais frequentes a partir de 1995, quando foi instituída a Comissão Especial de Estudos sobre Evasão no âmbito da Secretaria de Ensino Superior do Ministério da Educação (SESu/MEC), com o objetivo de desenvolver um estudo sobre o desempenho das Instituições Federais de Ensino Superior. (VELOSO; ALMEIDA, 2002).

Na Educação Profissional e Tecnológica (EPT), além da escassez de pesquisas, (COELHO, 2014), há uma grande dificuldade na obtenção de dados relativos ao abandono, pois embora o Ministério da Educação (MEC) realize anualmente o Censo Escolar de toda Educação Básica e Profissional, os dados relativos ao rendimento escolar (aprovação, reprovação e abandono) dos estudantes do ensino técnico de nível médio não constituem um campo de preenchimento obrigatório no censo e apenas informações sobre matrícula e conclusões referentes à Educação Profissional e Tecnológica são disponibilizadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), dados esses que, de acordo com Dore e Lüscher (2011, p.783), “por sua vez, são tão díspares em relação aos de matrícula que, embora possam sugerir forte evasão, é uma temeridade aventar qualquer hipótese quantitativa sobre esse problema”. Ainda sobre essa situação, as autoras ponderam que a falta de informação sobre abandono e permanência escolar no ensino técnico no Brasil abrange tanto o referencial teórico quanto o empírico, dificultando a construção de indicadores adequados para investigações sobre esse problema (*ibid*, 2011).

Diante disso, dialogar sobre abandono escolar na Educação Profissional e Tecnológica, implica caminhar por poucos referenciais e dados, apesar da sua fundamental importância, pois discutir sobre permanência e abandono escolar significa estabelecer um debate sobre direitos, visto que a educação e sua consequente permanência é um direito de todos e dever do Estado (BRASIL, 1988, art. 6º).

O acesso e a permanência escolar são direitos constitucionais conquistados em 1988, reiterados em 1996 com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9394 e ampliados através da Emenda Constitucional nº 59 de 2009, que garantiram a educação dos quatro aos dezessete anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria.

Apesar de todas as garantias legais e da ampliação nos últimos anos da permanência e sucesso na educação básica, o índice brasileiro no Ensino Médio de distorção idade-série é de 34,4%, indicando que “os índices, ainda são extremamente ruins, particularmente para as pessoas pobres, onde cerca de 80% dos jovens entre 18 e 24 anos ainda não concluiu o ensino médio” (BRASIL, 2011, p.36).

A respeito dessa situação na Educação Profissional e Tecnológica, o Tribunal de Contas da União (TCU) apresentou em 2013 um relatório de auditoria realizada nos Institutos Federais de Educação Científica e Tecnológica, o qual apresentava os índices de abandono que demonstravam

1 Optou-se nesta pesquisa pela utilização do termo **abandono escolar**, por compreender que os termos desistência ou exclusão culpabilizam ou o estudante ou a instituição e, no nosso entendimento, o abandono ocorre em virtude da relação estabelecida entre os diversos fatores que envolvem o estudante e a escola, decorrentes de processos sociais, econômicos e culturais, visto que o estudante pode abandonar ou ser abandonado pela escola. Entretanto, no texto, poderão ser encontradas outras denominações quando emitidas pelos autores tomados como referência.

baixos índices de conclusão escolar, significativo índice de abandono e principalmente fortaleciam os altos índices de reprovação, conforme apresentado na Tabela 1.

Tabela 1 – Alunos evadidos, em curso e concluintes, por tipos de cursos, de ciclos de matrícula iniciados a partir de 2004 e encerrados até dezembro de 2011.

Indicador	Nível Médio			Nível Superior		
	Proeja	Subsequente	Integrado	Licenciatura	Bacharelado	Tecnólogo
Nº de alunos	5.836	59.871	16.066	3.084	2.538	21.762
Evadidos	24%	18,9%	6,4%	8,7%	4%	5,8%
Em Curso	37,9%	49,3%	44,4%	64,5%	68,1%	50,8%
Concluintes	37,5%	31,4%	46,8%	25,4%	27,5%	42,7%

Fonte: Relatório do Tribunal de Contas da União, 2013, elaborado a partir dos dados brutos extraídos do SISTEC.

Neste relatório foi apontado que o abandono final deste período só poderá ser computado no futuro, porém se continuar o índice de retenção elevado, pode-se estimar a probabilidade de abandono, por exemplo, de 65% no PROEJA e 74,6% na licenciatura. (TRIBUNAL..., 2013).

Sobre abandono escolar, Arroyo (1992, p. 46) aponta que há uma “indústria da exclusão” na escola, tanto privada quanto pública, que fortalece a cultura gerada e mantida ao longo do século republicano, reforçando uma sociedade desigual e excludente. Essa cultura da exclusão, para ele, “não é deste ou daquele colégio, deste ou daquele professor, nem apenas do sistema escolar”, mas faz parte da “lógica e da política da exclusão que permeia todas as instituições sociais e políticas”.

A esse respeito, Dubet (2003, p.44) ainda pondera que a visão republicana toma conta da escola século após século e, com isso, o efeito exclusão escolar torna-se “normal”, algo natural da escola democrática de massa “que afirma ao mesmo tempo a igualdade dos indivíduos e a desigualdade de seus desempenhos”. Aprofundando o pensamento do autor, este aponta que a escola cada vez integra mais e, conseqüentemente, exclui mais, funcionando “cada vez mais como o mercado, que é, em sua própria lógica, o princípio básico da integração e da exclusão”.

Essas questões reforçam a dificuldade que a escola possui em trabalhar com a heterogeneidade social e cultural, pois conforme apontado nos estudos quantitativos observados por Brandão, Baeta e Rocha (1983, p. 74), a escola, “depois de alguns anos elimina mais de $\frac{3}{4}$ dos que nela ingressaram”.

E de quem é a responsabilidade por esse abandono? Essa não é uma questão fácil de se responder, como se procurará demonstrar nesse texto, pois não se trata de encontrar culpados, pois a questão do abandono escolar não é consequência única e exclusiva da escola, nem somente do estudante ou do professor, pois envolvem questões sociais, econômicas e culturais externas e internas à instituição, relacionadas dialeticamente entre si, como apontam as respostas dos sujeitos da pesquisa.

2 O DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

A pesquisa teve como objetivo compreender os motivadores da permanência ou do abandono na educação profissional de estudantes dos cursos técnicos concomitantes e subsequentes em mecânica, eletroeletrônica e eletrotécnica ofertados em uma Instituição Federal com *campi* em Joinville e Jaraguá do Sul, no Estado de Santa Catarina.

Participaram da pesquisa estudantes ingressantes nas instituições a partir do 2º semestre de 2011, até o final de 2013. Neste período, ingressaram nos cursos pesquisados 1059 estudantes e destes, 424 deixaram de frequentar os cursos técnicos, totalizando 40% de abandono escolar.

Os dados da pesquisa foram obtidos através de questionário com perguntas abertas e fechadas e entrevista semiestruturada. Responderam o questionário para permanentes, 126 alunos de Joinville e 144 de Jaraguá do Sul, totalizando 270 estudantes permanentes. Dos estudantes que deixaram de frequentar o curso, 13 responderam o questionário eletrônico e 12 foram entrevistados, totalizando assim 25 ex-estudantes.

Após a aplicação dos instrumentos de pesquisa, os dados foram tabulados, transcritos e analisados segundo quatro categorias: 1ª) Bem-vindo ao ensino gratuito e de qualidade, visando compreender os motivadores institucionais para permanência ou abandono; 2ª) Esse “mundo” é possível na Educação Profissional?, com o objetivo de compreender os motivadores sociais, econômicos e culturais para tais motivadores; 3ª) A Práxis na Educação Profissional e Tecnológica, relacionada a fatores internos e externos na relação ensino aprendizagem, tais como formação dos docentes, percurso formativo dos estudantes e relação professor e aluno, e 4ª) Garantias do direito à Permanência, no intuito de avaliar a compreensão dos estudantes sobre as mesmas e efetividade.

3 PERMANECER OU ABANDONAR? COMPREENDENDO DECISÕES COMPLEXAS E CONTRADITÓRIAS

A permanência e o abandono escolar envolvem muitos fatores, que vão além do ambiente escolar. Constituem um tema amplo, que exige reflexões, indagações, diálogos e avaliações no âmbito da pesquisa social.

Referente aos motivadores para a permanência nos cursos técnicos, a tabela 2, elaborada a partir de respostas dadas pelos 270 alunos participantes permanentes, apresenta os fatores por eles declarados decisivos para essa permanência.

Tabela 2 – Motivadores para permanência nos cursos técnicos.

Motivadores	Decisiva	Importante mas não fundamental	Nenhuma Importância	Pouca Importância
A busca de novos conhecimentos	68,9%	25,2%	2,6%	3,3%
Boa perspectiva de conseguir emprego melhor depois de formado	68,5%	22,6%	4,4%	4,4%
Qualidade dos professores	61,1%	30,7%	0,7%	7,4%
Afinidade (gostar) com a área do curso	60,4%	27,4%	4,8%	7,4%
Prestígio do curso	58,1%	33,7%	1,5%	6,7%
Turno do curso	55,6%	24,8%	3,3%	16,3%
Perspectiva de progressão funcional no emprego atual	53,7%	17,4%	21,1%	7,8%
Qualidade dos laboratórios	47,8%	39,6%	1,9%	10,7%
Prestígio da Instituição	44,1%	47,4%	1,9%	6,7%
Estrutura da Instituição	43,3%	44,1%	2,2%	10,4%
Disciplinas ofertadas no curso	41,1%	45,2%	2,2%	11,5%
Duração do curso	38,1%	36,7%	7,8%	17,4%
Facilidade de aprender o conteúdo do curso	35,9%	44,4%	3,7%	15,9%
Já estar trabalhando na área	32,2%	19,6%	40,0%	8,1%

Motivadores	Decisiva	Importante mas não fundamental	Nenhuma Importância	Pouca Importância
Localização da Instituição em relação à minha residência e/ou trabalho	30,4%	24,8%	20,0%	24,8%
Incentivo de professores e equipe pedagógica	26,3%	35,9%	10,7%	27,0%
Amizades na Instituição	24,4%	38,9%	11,5%	25,2%
Incentivo de amigos e familiares	21,5%	26,3%	31,1%	21,1%
Pressão profissional	20,7%	20,4%	42,2%	16,7%
Auxílio financeiro da Instituição e/ou do Governo (bolsa família, estágio, assistência estudantil, etc...)	9,6%	14,4%	57,8%	18,1%
Ainda não passei no vestibular do curso que quero	7,8%	8,5%	68,1%	15,6%
Outros	5,9%	0,7%	93,3%	0,0%
Não tenho outra coisa para fazer	4,4%	7,8%	74,8%	13,0%
Pressão familiar	4,1%	10,7%	67,4%	17,8%

Fonte: Elaboração própria (2014). Elaborado a partir dos dados dos questionários para permanentes.

Como se observa, 70% dos respondentes considera decisiva para a sua permanência a busca por conhecimento, 68% as relações com o mundo do trabalho e 61% sinalizaram a qualidade docente.

Por sua vez, ao responderem se já pensaram em deixar de frequentar e abandonar o curso em algum momento, 52% declararam que sim. Os principais motivadores por eles apontados são apresentados no quadro 1:

Quadro 1 – Motivadores para que os permanentes pensassem em abandonar o curso.

Por que pensou em abandonar o curso	?
Dificuldades de conciliar trabalho e estudo	22,8%
Dificuldades de aprendizagem	20,3%
Cansaço	13,3%
Problemas com docente	12,0%
Organização do curso	9,5%
Problemas pessoais	4,4%
Não mencionou	3,2%
Greve	1,9%
Não se identificar com a área	1,9%
Localização	1,9%
Problema familiar	1,9%
Profissão pouco valorizada	1,3%
Cobrança profissional	1,3%
Relacionamento com outros alunos	1,3%
Problema financeiro	1,3%
Problemas de Saúde	0,6%
Falta de comprometimento da instituição	0,6%
Outros	0,6%

Fonte: autoria própria (2014), elaborado a partir dos dados dos questionários para permanentes.

Referente ao motivo “cansaço” observou-se que este pode estar relacionado à jornada de trabalho, desmotivação pessoal ou relação com carga horária e conteúdo do curso.

Da mesma forma, aos estudantes que deixaram de frequentar foi solicitado que indicassem os eventuais fatores que os influenciaram a abandonar o curso. Os resultados são apresentados na tabela 3.

Tabela 3 – Motivadores para o abandono dos cursos técnicos.

Motivadores	Decisiva	Importante mas não fundamental	Pouca importância	Nenhuma importância
Não consegui conciliar trabalho e estudo	30,8%	23,1%	0,0%	46,2%
Dificuldades para aprender	30,8%	15,4%	7,7%	46,2%
Problemas de saúde	30,8%	7,7%	0,0%	61,5%
Falta de tempo para estudar	23,1%	15,4%	23,1%	38,5%
Problemas de relacionamento com professor(es)	23,1%	7,7%	0,0%	69,2%
Problemas financeiros	15,4%	23,1%	15,4%	46,2%
A Instituição não atendeu minha expectativa	15,4%	15,4%	15,4%	53,8%
Greve	15,4%	15,4%	23,1%	46,2%
Não me identifiquei com o curso	15,4%	7,7%	15,4%	61,5%
O curso não atendeu minhas expectativas	15,4%	0,0%	7,7%	76,9%
Problemas familiares	7,7%	30,8%	7,7%	53,8%
A estrutura da Instituição é inadequada	0,0%	15,4%	15,4%	69,2%
Problemas de relacionamento técnico(s) administrativo(s)	0,0%	7,7%	7,7%	84,6%
Problemas de relacionamento com colega(s) de sala	0,0%	7,7%	15,4%	76,9%
Ingressei em outro curso	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%

Fonte: Elaboração própria (2014). Elaborado a partir dos dados dos questionários para estudantes que deixaram de frequentar.

Dentre os que deixaram de frequentar, em Jaraguá do Sul o fator mais decisivo para o abandono foram problemas de relacionamento com docentes, representando 50% das respostas. Já para os de Joinville, uma das questões decisivas foram as dificuldades de aprendizagem (57%), o que, por envolver estudantes e professores, suscita uma reflexão se a dificuldade de aprendizagem está relacionada à dificuldade de aprender dos estudantes ou de ensinar dos professores.

Analisando os elementos apresentados nas Tabelas 02 e 03 e no Quadro 01, foi possível perceber que alguns deles são, contraditoriamente, tanto estimuladores da permanência quando responsáveis pelo abandono, razão pela qual mereceram um aprofundamento na pesquisa.

4 PRIMEIRA CONTRADIÇÃO: AS RELAÇÕES EDUCANDO E EDUCADOR

Nos cursos pesquisados, a maioria dos docentes são bacharéis, situação comum nas instituições de educação profissional brasileiras, pois de acordo com o INEP (2012) essa é uma realidade nacional, na qual no mínimo 49% dos docentes não possuem preparação pedagógica alguma, razão pela qual se busca a reflexão sobre a educação profissional: os atuais trabalhadores são *da* educação ou estão *na* educação?

Observou-se que o fator docente se apresenta como uma das principais contestações dos estudantes em ambos os *campi*, tanto dos que deixaram de frequentar quando dos permanentes, como se observa nos relatos transcritos:

A18² – *O que me desestruturou foi o professor. [...] aí que tá o problema, né, o curso é bom, o problema é o professor. Digamos assim, com os outros professores, que nem eu falei, não tive problema nenhum[...]. Eu acredito, digamos assim, que se esse professor não tivesse essa cabeça que ele tem, o curso seria excelente³.*

P228 – *Alguns professores não possuem nenhum conhecimento sobre didática e não conseguem obter o máximo do ensinamento para o aluno; deveriam ter licenciatura em alguma área relacionada com os cursos ministrados.*

Diante do exposto, fortalece-se a necessidade de investimento na formação docente, pois no Brasil a preparação de professores da área técnica vem sendo tratada como algo “especial”, “emergencial”, “sem integralidade própria” e por meio de programas, sinalizando assim uma “política de falta de formação” pedagógica dos professores de disciplinas profissionais e técnicas, por parte do governo (OLIVEIRA, 2006, p.04).

Por outro lado, solicitados a avaliar alguns profissionais de sua instituição, dos permanentes, 30% avaliaram os docentes como ótimos e 63% como bons; referente à equipe pedagógica, 15% dos permanentes avaliaram-na como ótima e 63% como boa. Na avaliação dos que deixaram de frequentar, 36% dos estudantes avaliaram os professores como ótimo e 44% como bons e a equipe pedagógica em geral também foi avaliada positivamente (28% como ótimo e 39% bom). Destaca-se que cerca de 26% dos que deixaram de frequentar os cursos desconheciam que existia equipe de apoio pedagógico nos *campi*.

Os dados demonstram que os docentes são avaliados positivamente pelos sujeitos da pesquisa, reforçando o aspecto contraditório da atuação desses profissionais como fator que influencia a decisão dos alunos em permanecer ou abandonar o curso.

Observa-se a importância do docente para a permanência do estudante. Neste sentido, na relação entre o abandono e a permanência, o papel docente e sua relação com o estudante constituem-se como uma relação dialética que deve ser dialogada entre os atores da educação, buscando refletir sobre as práticas que possam oportunizar uma diminuição das dificuldades (tais como ausência de didática, dificuldade de aprendizagem) e fortalecer ações que favoreçam a permanência escolar (tais como a qualidade docente).

Entretanto, não se pretende nem se pode apontar o professor como um culpado pelo abandono, pois as atuais políticas públicas não lhe oportunizam formação inicial e continuada. Pelo contrário, percebe-se que esse professor, por não ter formação acadêmica específica para a prática docente, depende muitas vezes de sua vontade para buscar formação para o seu

2 Buscando preservar as identidades, os participantes da pesquisa foram caracterizados como “P + nº sequencial” para identificação dos estudantes permanentes e “A + nº sequencial” quando corresponder a dados dos estudantes que abandonaram/foram abandonados.

3 Visando respeitar a forma de escrita e a manifestação oral de cada um dos respondentes, assim como da pesquisadora, não houve edição e correção das respostas dadas e dos diálogos transcritos, sendo possível a existência de erros de ortografia, concordância e mesmo semântica nos depoimentos, quando comparados com a norma culta do vernáculo.

exercício profissional, o que tem ocorrido dentro de suas possibilidades, convicções, conhecimento e vivências.

5 SEGUNDA CONTRADIÇÃO: AS RELAÇÕES ENTRE TRABALHO, FAMÍLIA E ESTUDO.

Solicitou-se aos pesquisados que se manifestassem a respeito dos pontos que eles consideravam positivos em sua instituição. Para os estudantes permanentes, os principais pontos positivos da instituição são: conseguir conciliar horários de trabalho, família e escola (32%); a estrutura física da instituição (24%) e a relação entre teoria e prática que é estabelecida pelo professor (18%). Para os que deixaram de frequentar, os principais pontos positivos são: a boa relação estabelecida entre professores e alunos, bem como entre os próprios estudantes (54%); a estrutura física (38%); a didática docente (38%); a relação entre teoria e prática que é estabelecida pelo professor (38%) e conseguir conciliar horários de trabalho, família e escola (31%).

Entretanto, estudar significa enfrentar e superar diversas dificuldades. Dentre as principais dificuldades sinalizadas pelos permanentes e pelos que deixaram de frequentar o curso, está a de conciliar tempo de trabalho, família e escola, representando 43% das respostas dos estudantes que frequentavam o curso e 39% dos que deixaram de frequentar.

Percebe-se na fala dos pesquisados a dificuldade de vincular estudo e trabalho, conforme relatos que seguem:

P152 – *Minha residência fica em outra cidade e o deslocamento de transporte público é ruim, saio de casa as 3:00 para ir à empresa. Na parte da tarde estudo e chego em casa as 20:30.*

A21 – *Que eu escutava muito lá era cansaço que o pessoal falava, já saía direto do serviço e ia estudá, mas... tem muita gente que dorme dentro da sala de aula né. (Motivo das desistências).*

Observa-se novamente a relação contraditória entre abandono e permanência ao observar a necessidade de conciliação estudo e trabalho, sendo este um motivador tanto da permanência quanto do abandono escolar.

Para Rui Canário (2004, p.50), a exclusão escolar não representa apenas um “agravamento dos problemas especificamente escolares”, mas sim faz parte de “fenômenos de natureza social cuja origem se situa no mundo do trabalho” e que necessitam de maior sensibilização escolar para solução da exclusão.

Neste sentido, a educação, considerando o trabalho como um princípio educativo, possibilita a “humanização” e “socialização para participação na vida social” juntamente com o “processo de qualificação para o trabalho, mediante a apropriação e construção de saberes e conhecimentos, de ciência e cultura, de técnicas e tecnologia” (GARCIA; LIMA FILHO, 2004, p.30).

Mas o trabalho como princípio educativo precisa estar presente no cotidiano escolar, pois o mundo capitalista se orienta na necessidade do trabalho produtivo, como a que se percebe na região pesquisada, pois Jaraguá do Sul e Joinville destacam-se por serem polos industriais no estado catarinense, nos quais é forte a cultura do trabalho, valorizando a formação técnica, na maioria das vezes, como uma mão de obra rápida e especializada.

Para Mészáros (2008, p. 67), para romper com a lógica do capital, em especial da visão de trabalho para o mercado produtivo, é necessário “promover, conscienciosamente, a universalização conjunta do trabalho e da educação”.

Porém, a escola da classe trabalhadora vem fracassando com o compromisso com o trabalhador, pois muitas vezes não oferece cursos que atendam essas realidades, assim como os demais sujeitos, trabalhadores da educação, em alguns casos, desconhecem quem são esses estudantes, como se observa no relato abaixo transcrito:

A18 – *Teve alguns dias que eu me atrasei em torno de cinco a dez minutos, o professor chamou minha atenção, daí eu falei “senhor professor eu trabalho”, moro longe não tem condições de as vezes todo dia chegar no mesmo horário, ele falou é mais eu tô todo dia aqui no mesmo horário, eu falei lógico você é o professor se tá aqui, daí eu falei pra ele, daí ele falou ó não quero esse problema nessa sala de aula.*

Em Joinville, dos alunos permanentes, 72% são trabalhadores e em Jaraguá são 99%. Dos que deixaram de frequentar os cursos, 96% são trabalhadores. Neste sentido, há a necessidade de compreender suas necessidades no processo educativo, pois ao contrário, a escola fortalecerá o abandono por parte destes estudantes.

6 ENFIM... OS MOTIVADORES DO PERMANECER E DO ABANDONAR SÃO OS MESMOS

Este trabalho buscou, mais do que procurar identificar responsáveis pelo abandono ou vitoriosos pela permanência, apontar a necessidade de reflexões sobre os motivadores tanto de um fato quanto de outro, e assim possibilitar futuras práticas para fortalecer a permanência escolar e diminuir de maneira significativa os altos índices de abandono, que no período pesquisado representaram cerca de 40% dos alunos que iniciam os cursos em estudo.

Os dados demonstraram que realizar práxis escolares na Educação Profissional e Tecnológica, além do compreender a realidade dos estudantes, significa envolver de forma significativa os profissionais da educação no seu processo formativo. Pois, ao mesmo tempo em que a qualidade docente se configura como o grande motivador para a permanência, a didática – ou a falta dela – e a relação dos docentes com os alunos, são também apontados como grandes motivadores para que os alunos se afastem das escolas de educação profissional e tecnológica.

Entretanto, de maneira alguma isso significa que os professores sejam culpados pelo abandono. Pelo contrário, a eles deve se atribuir o respeito e a consideração por compartilhar com os demais estudantes a sua prática acumulada no exercício de sua profissão. Mas, ao mesmo tempo, há que se registrar que uma escola de formação profissional é uma escola, não uma empresa. Ela precisa de profissionais não apenas com conhecimento específico, mas também pedagógico.

Compreende-se que a formação e o aperfeiçoamento pedagógico do mesmo não pode depender apenas do próprio docente buscá-los, mas que há necessidade de políticas públicas de capacitação comprometidas com a formação de profissionais que possam atuar na práxis escolar de forma crítica e consciente.

Outro fator importante e também contraditório que os dados apontaram dizem respeito à relação dos estudantes com o trabalho, sendo ora motivador da permanência, ora fator predominante do abandono escolar. Por pressuposto, os trabalhadores que procuram os cursos técnicos almejam ampliação de seu conhecimento, mas, muito mais, melhorias em suas condições de trabalho.

Apontaram também que, diante do cansaço laboral, dos problemas inerentes à manutenção da família e aqueles exigidos pelo estudo, os estudantes participantes da pesquisa, em geral, não priorizam sua formação, abandonando a escola. Esta é uma questão cultural e até mesmo de sobrevivência, haja vista que o trabalho (neste caso o emprego) é determinante para manter o estudante e sua família, ficando seu estudo em segundo plano. Porém, ao terem acesso aos cursos, esses mesmos estudantes não conseguem, muitas vezes, articular o cotidiano escolar com o atendimento à família e às atividades laborais.

E como atender este estudante trabalhador no sentido de superar essas dificuldades, que são de diversas naturezas e amplitudes? Essa questão, de imenso significado leva a uma reflexão que, além do direito constitucional, possa garantir uma escola que supere o treinamento às

necessidades do mercado e desenvolva uma educação preocupada com a mudança social, com a superação do domínio hegemônico de exploração do trabalhador e ofereça condições para a permanência dos alunos em cursos que respondam e ampliem seus horizontes laborais, sociais e culturais.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel. **Fracasso-sucesso: o peso da cultura escolar e do ordenamento da educação básica.** Em Aberto, Brasília, ano 11, n.53, jan/mar. 1992.

BRANDÃO, Zaia; BAETA, Anna Maria Bianchini; ROCHA, Any Dutra Coelho da. **Evasão e repetência no Brasil: a escola em questão.** Rio de Janeiro: Achiamé, 1983.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília/DF: 1988.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: nº 9394/96.** Senado Federal, Brasília/DF: 1996.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009.** Acrescenta § 3º ao art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para reduzir, anualmente, a partir do exercício de 2009, o percentual da Desvinculação das Receitas da União incidente sobre os recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino de que trata o art. 212 da Constituição Federal, dá nova redação aos incisos I e VII do art. 208, de forma a prever a obrigatoriedade do ensino de quatro a dezessete anos e ampliar a abrangência dos programas suplementares para todas as etapas da educação básica, e dá nova redação ao § 4º do art. 211 e ao § 3º do art. 212 e ao *caput* do art. 214, com a inserção neste dispositivo de inciso VI. Brasília: 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc59.htm>. Acesso em: 27 de maio de 2014.

BRASIL. **As desigualdades na escolarização no Brasil: Relatório de observação nº 4.** Brasília: Presidência da República, Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – CDES, 2ª Edição, 2011.

CANÁRIO, Rui. Territórios educativos e políticas de intervenção prioritária: uma análise crítica. **Revista Perspectiva**, v. 22, n. 01, p. 47-78, jan./jun. UFSC: Florianópolis, 2004. Disponível em: <<http://ced.ufsc.br/nucleos/nup/perspectiva.html>>.

DORE, Rosemary; LÜSCHER, Ana Zuleima. Permanência e Evasão na Educação Técnica de Nível Médio em Minas Gerais. **Cadernos de Pesquisa**, v. 41 n. 144. Set./dez. 2011.

DUBET, François. A escola e a exclusão. Trad. Neide Luzia de Rezende. **Cadernos de Pesquisa**, n. 119, julho/ 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/n119/n119a02.pdf>>. Acesso em: 20/11/2013.

GARCIA, Nilson Marcos Dias; LIMA FILHO, Domingos Leite. **Politecnia ou educação tecnológica: desafios ao Ensino Médio e à educação profissional.** Caxambu: 27ª Reunião Anual da ANPED, 2004.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Sinopse Estatística da Educação Básica 2012**. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/basicacensoescolar-sinopse-sinopse>>. Acesso em: 11 de novembro de 2013.

MÉSZÁROS. István. **A educação para além do capital**. Trad. Isa Tavares. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

OLIVEIRA, Maria Rita Neto Sales. Formação e profissionalização dos professores do ensino técnico. **Revista Educação & Tecnologia**. Belo Horizonte. V.11, n.2, p. 03-09, jul/dez 2006.

TCU. Tribunal de Contas da União. **Relatório da Auditoria Operacional da Rede Federal de Educação Profissional**. Data da Sessão: 13/3/2013. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0506-08/13-P.

VELOSO, Tereza Christina M. A. ALMEIDA, Edson Pacheco de. Evasão nos cursos de graduação da Universidade Federal de Mato Grosso, campus universitário de Cuiabá – um processo de exclusão. **Série-Estudos – Periódico do Mestrado em Educação da UCDB**. Campo Grande – MS, n.13, p. 133 – 148. Jan/jun:2002. Disponível em: <<http://www.serieestudos.ucdb.br/index.php/serie-estudos/article/view/564/453>>. Acesso em: 24 de março de 2014.